

O ESTADO DE S. PAULO

26 de dezembro de 2024

Corte de gastos, emprego e renda em 2025

José Pastore

O ano de 2024 foi muito bom em termos de emprego e renda. O desemprego ficou ao redor dos 6%, os postos de trabalho formais aumentaram em 2 milhões e a renda real mediana subiu cerca de 5% em relação a 2023. Tivemos até falta de mão de obra (qualificada e não qualificada).

PUBLICIDADE

O novo ano é encarado com grande apreensão em vista da inflação e dos juros, que já subiram e ameaçam acelerar daqui para a frente. Em 2025, teremos também os primeiros impactos da redução do Benefício de Prestação Continuada (BPC), do Abono Salarial e da regra de atualização mais branda do salário mínimo.

As três medidas terão o efeito de reduzir a renda disponível das famílias que forem atingidas por essas mudanças. Mas, em 2025, o seu efeito não será dramático. Mesmo porque o restante dos vigorosos programas sociais continua intacto — o que responde pela maior parte do consumo nos Estados mais pobres.

Bem diferente será o impacto da aceleração da inflação. Esta afetará o poder de compra da grande maioria da força de trabalho. Com queda no consumo, haverá uma menor geração de empregos.

Mas, novamente, isso não deve provocar uma explosão do desemprego. No ano que chega, muitas atividades econômicas deverão permanecer aquecidas, como são os casos da construção de moradias propelia pelo programa Minha Casa, Minha Vida e das exportações do agro e dos minérios, que geram muitos empregos indiretos no comércio e nos serviços. Neste campo, entretanto, antecipo um esfriamento do emprego e da renda nos ramos da alimentação fora de casa, dos serviços pessoais, do entretenimento e das viagens de turismo.

Ou seja, teremos um 2025 menos exuberante no consumo e na geração de empregos, mas nada dramático em termos de desemprego.

Todavia, os problemas crônicos no campo do trabalho permanecerão vivos: profusão de empregos de má qualidade, enorme informalidade, precária qualificação da maioria dos trabalhadores, produtividade anêmica, altos encargos sociais, baixos salários, elevada rotatividade e forte insegurança jurídica derivada de leis e sentenças judiciais confusas.

Esses problemas têm raízes históricas. A sua resolução depende de um aumento contínuo e diversificado dos investimentos na economia real e na modernização das instituições do trabalho. É um programa para gerações, e não apenas para este ou aquele governo.

Professor da FEA-USP, presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP. É membro da Academia Paulista de Letras